



Nº 1158 - Semanal
0,50 €

13 Junho 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva
Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt



O secretário-geral do PS defendeu “um pacto de regime alargado” sobre o serviço público de televisão, considerando que a decisão do Tribunal Constitucional sobre a RTP foi a derrota “da arrogância, da ausência de estratégia e da trapalhada de procedimentos” do Governo.

O acordo apresentado pelo PS prevê a normalização imediata do funcionamento da RTP, a definição do conteúdo de serviço público, e a clarificação da natureza complementar dos seus diferentes canais. Na proposta de seis pontos apresentada por Ferro Rodrigues, inclui-se também a fixação de um novo modelo de financiamento da televisão pública, a aprovação de medidas que apoiem a produção audiovisual nacional e a criação de uma nova autoridade reguladora única para o audiovisual.

► Página 5

PACTO DE REGIME PARA A TELEVISÃO

**PS APRESENTOU NA
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
PROJECTO DE CRIAÇÃO
DE FARMÁCIAS SOCIAIS**

STRECHT RIBEIRO EM ENTREVISTA

**“MARGEM ESQUERDA” QUER CONTRIBUIR
PARA APROFUNDAR O DEBATE NO PS**

“A ‘Margem Esquerda’ quer contribuir para intensificar a discussão política dentro do partido, bem como para alargar e aprofundar o debate no seio da esquerda”, contribuindo assim “para clarificar a identidade do socialismo e contrariando a ideia de que o capitalismo é o modo de organização natural das sociedades humanas desenvolvidas”, afirma Strecht Ribeiro em entrevista ao “Acção Socialista”. O deputado refere ainda que este clube de reflexão e debate, em que os militantes e simpatizantes do PS podem participar de “forma irrestrita”, só se transformará em tendência “se o PS se desviar para a direita desvirtuando os seus valores fundacionais”.

► Página 5

► Página 11

A SEMANA REVISTA

SE
TEP
QU
QU
SE
SÁB
DOM
SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

Comemorou-se o Dia da Portugal, de Camões e das Comunidades. As cerimónias oficiais decorreram em Beja, tendo sido agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo o ex-primeiro-ministro António Guterres, por relevantes serviços prestados à causa pública.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, iniciou uma "Presidência Aberta" no distrito de Beja que tem procurado chamar a atenção para as questões do desenvolvimento e do combate às assimetrias regionais.

Cumprindo uma promessa eleitoral, o PS entregou na mesa da Assembleia da República um projecto-lei de criação de farmácias sociais.

O Governo sofreu a mais importante derrota política desde o início de funções, ao ver chumbadas pelo Tribunal Constitucional as suas alterações à Lei da Televisão.

Ferro Rodrigues manifestou a disponibilidade do PS para o estabelecimento de um pacto de regime alargado sobre o serviço público de televisão.

O PS requereu a inconstitucionalidade do Orçamento Rectificativo de 2002.

O secretário-geral e o presidente do PS, Ferro Rodrigues e Almeida Santos, respectivamente, foram eleitos pela Assembleia da República para o Conselho de Estado.

O Parlamento Europeu aprovou o relatório da autoria de Luís Marinho sobre o reconhecimento mútuo das decisões judiciais na União Europeia.

BRUSHING

ANTOONIO COLAÇO

– Ó Senhor Professor, quer que faça uma descoloração, um escadeamento ou um **brushing**?
– Ó Josefa, pare lá esse penteado! Já bastam os avanços e recuos do Zé Manel Durão para me pôr os **cabelos em pé!**



Como se constata, esta é uma proposta equilibrada, coerente, razoável e geradora de soluções. Ao apostar na linha de confronto com o Partido Socialista, Durão Barroso desaproveita esta oportunidade para tratar da questão, insistindo antes na trapalhada que tem caracterizado todo o processo.

EDITORIAL

A ARROGÂNCIA E A RTP

À disponibilidade manifestada pelo PS para um pacto de regime em matéria de serviço público de televisão, responde o Governo, pela voz do primeiro-ministro, com um rotundo não. Diz Durão Barroso que não se irá afastar "um milímetro" da sua orientação relativamente à RTP e que a proposta do PS "não é séria".

Nem mesmo depois de ver "chumbada" pelo Tribunal Constitucional as alterações que pretendia efectuar na Lei da Televisão, o Governo é capaz de inflectir a sua estratégia, de reconhecer que errou, de mudar de rumo e abandonar o estilo arrogante que o caracteriza.

Em vez de aproveitar a boa vontade do PS para se chegar a uma solução consensual, a lógica governamental é a de persistir nas acusações estereis de culpas e responsabilidades, quando o actual problema da RTP teve o seu início nos governos de Cavaco Silva, que acabou com a taxa de televisão e vendeu ao desbarato a rede de transmissores.

Com a plena consciência de que o mais importante agora é futuro da empresa e dos seus trabalhadores, o PS colocou como primeiro ponto da sua proposta a normalização do funcionamento dos órgãos de administração e direcção da RTP, mediante a revisão da Lei de Televisão, para em seguida defender que o debate se faça sobre definição do conteúdo do serviço público de televisão e na clarificação da natureza dos diferentes canais da concessionária de serviço público.

A metodologia apresentada pelo PS aponta também para a fixação de um novo modelo de financiamento do serviço público de televisão e avança com as ideias da criação de uma nova autoridade reguladora do audiovisual e da aprovação de um quadro de medidas de apoio ao desenvolvimento da produção nacional.

Como se constata, esta é uma proposta equilibrada, coerente, razoável e geradora de soluções. Ao apostar na linha de confronto com o Partido Socialista, Durão Barroso desaproveita esta oportunidade para tratar da questão, insistindo antes

na trapalhada que tem caracterizado todo o processo.

A questão da salvaguarda da independência da RTP perante o Governo, a administração e demais poderes públicos, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal Constitucional nos termos do acórdão, levaria a que o Governo, com humildade democrática, reconhecesse o erro. Mas não. Segundo declarações de Durão Barroso, o Governo prepara-se novamente para encontrar a uma solução que cumpra os objectivos do seu Programa, mesmo que sejam contrários aos princípios consagrados no n.º 6 do artigo 38.º da Constituição. Se assim for, novo chumbo vai ter de enfrentar e mais uma derrota política vai sofrer. O clima de crispação, esse, vai com certeza aumentar. E não se diga que a culpa é do PS. A responsabilidade está agora claramente colocada do lado PSD e do Governo que têm de avançar com alternativas ao rejeitado pacto de regime proposto do PS.



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

OS MILITANTES NÃO SÃO NÚMEROS

O processo de actualização dos dados e de renumeração de militantes do Partido Socialista está em curso.

Os inscritos no PS que não tenham tido, até agora, oportunidade de preencher e devolver à Sede Nacional o formulário de actualização deverão fazê-lo o mais rapidamente possível. O apelo surge numa carta assinada pelo secretário nacional para a Organização.

"Somos um repositório da realidade do País. Por isso, se Portugal evoluiu, cresceu e modernizou-se, o PS tem de ser capaz de se adaptar às novas realidades e aos novos desafios", escreve António Galamba, chamando todos os socialistas a uma participação política mais activa, que comece de dentro, combatendo de raiz fenómenos como a abstenção e o alheamento.

O processo de actualização de dados e a renumeração dos militantes é um "exercício de responsabilidade que todos os socialistas devem ajudar a fazer, respondendo, assim, de algum modo, a alguns dos desafios que se perfilam no horizonte de um PS aberto, forte, moderno e renovado.

Os militantes que não responderem ao questionário serão integrados no ficheiro de "Simpatizantes".

Um simpatizante será aquele com o qual o partido manterá um vínculo ou ligação política, sendo convocado para as grandes iniciativas do PS, sobretudo em momentos eleitorais, mas sem beneficiar do direito a participar nos actos eleitorais internos.

LEI DA TELEVISÃO

TC CHUMBA PROPOSTA INCONSTITUCIONAL

O Tribunal Constitucional (TC) declarou inconstitucional a lei de televisão que retirava o poder de veto do Conselho de Opinião à administração da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) sem indicar uma outra garantia de independência da empresa tutelada pelo Estado. Os 11 juizes deram razão às dúvidas suscitadas pelo Presidente da República que pediu a fiscalização desta lei antes de a promulgar.

A norma declarada inconstitucional retirava o poder de veto do Conselho de Opinião da RTP à administração, pondo em causa a garantia de independência da televisão pública face ao governo e à administração.

O TC entendeu que a garantia da independência, prevista na Constituição, ficaria prejudicada, já que o Executivo não estabeleceu mecanismos alternativos para a salvaguardar.

A proposta governamental, aprovada na Assembleia da República, limitou-se, no entender do TC, "a prever um parecer não vinculativo sobre a nomeação e destituição dos directores que tenham a seu cargo as áreas da programação e informação".

Depois da leitura da decisão, pela juíza conselheira Helena Brito, o presidente do TC, Cardoso da Costa, frisou que a decisão (aprovada por seis votos contra cinco) "foi jurídica e não política", que teve como base "a leitura que cada juiz conselheiro fez da Constituição".

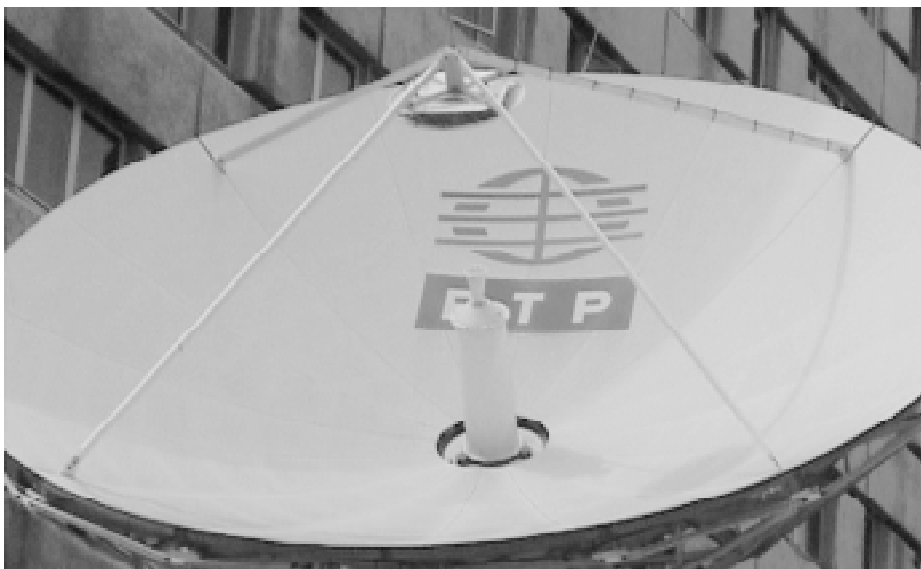
Cardoso da Costa afirmou que a garantia da independência "pode passar por diversos mecanismos", explicando que não seria imperioso que o Conselho de Opinião da RTP tivesse o poder de veto vinculativo, mas sim que estivessem previstos no diploma "mecanismos suficientes" para a salvaguardar.

"Em relação a este diploma, a extinção do poder de parecer vinculativo não se poderia fazer sem estabelecer outros mecanismos suficientes para salvaguardar a independência", afirmou.

Na sequência da declaração de inconstitucionalidade do diploma, o Presidente da República terá que o vetar e devolver à Assembleia da República.

O Parlamento terá de expurgar a norma em causa ou confirmá-la com a votação por uma maioria de dois terços, o que obrigaria a um entendimento com o PS.

Até agora o Governo ainda não explicou o que vai fazer, argumentando que vai analisar os fundamentos da decisão do TC.



UM JARDIM DE NOTAS OFICIOSAS

Enquanto o Governo de Durão Barroso faz os possíveis por ganhar tempo, na Região Autónoma da Madeira parte-se o verniz. É que o Tribunal Constitucional declarou inconstitucional um diploma do Governo Regional da Madeira que, em vigor desde 1978, obrigava a Comunicação Social madeirense à publicação integral das "notas oficiosas" do Executivo insular.

Fiel ao estilo a que nos tem habituado, Alberto João Jardim diz não reconhecer legitimidade ao Tribunal Constitucional (TC), ou à Alta Autoridade para a Comunicação Social e nem mesmo à Comissão Nacional de Eleições, entidades anteriormente atacadas em diversas "notas oficiosas".

O PS/Madeira, que em 1996 apresentou queixa ao provedor Meneres Pimentel a suscitar o pedido de declaração de inconstitucionalidade, aplaudiu esta decisão do TC.

O acórdão do Tribunal, datado de 29 de Maio passado, considera que a imposição de publicação se integra em matéria relativa a direitos, liberdades e garantias, situando-se por isso, na área de reserva de competência da Assembleia da República – ou seja, só deste órgão poderá emanar legislação sobre o assunto – e considerou que tal matéria interfere com o direito à liberdade de Imprensa.

Por outro lado, o TC conclui não haver interesse específico que legitime o poder

legislativo regional na matéria.

Em causa estão normas de um decreto regional datado de 29 de Março de 1978 (12 dias depois de Jardim assumir a presidência do governo regional) que obrigava as publicações diárias e não-diárias a divulgar na íntegra as notas oficiosas; e ainda o estipulado num outro decreto regional de Março de 1982, que alargava essa obrigatoriedade às mensagens, comunicados e notas oficiosas provenientes da assembleia e do executivo insular, que deveriam também ser publicadas pelos centros regionais da RDP, RTP e Anop (antiga designação da Agência Lusa). Esta legislação foi entretanto revogada pela Lei da Televisão.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta nº 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta nº 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta nº 023654960002 - NIB 000700230065496000278



PACTO DE REGIME PARA A TELEVISÃO

O secretário-geral do PS defendeu "um pacto de regime alargado" sobre o serviço público de televisão, considerando que a decisão do Tribunal Constitucional sobre a RTP foi a derrota "da arrogância, ausência de estratégia e trapalhada de procedimentos" do Governo. "O Governo deve encarar esta derrota como uma oportunidade para corrigir a sua actuação", declarou Ferro Rodrigues em conferência de imprensa, imediatamente após ser conhecido o chumbo do Tribunal Constitucional. Manifestando a disponibilidade do PS para um pacto de regime, cuja principal contrapartida é a "normalização imediata" do funcionamento da RTP, mediante a revisão da lei da televisão de acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional.

O acordo de regime sustentado pelos socialistas deve ainda englobar a definição do conteúdo do serviço público e clarificar a natureza complementar dos seus diferentes canais.

Na proposta de seis pontos apresentada por Ferro Rodrigues, inclui-se também a fixação de um novo modelo de financiamento da televisão pública, a aprovação de medidas que apoiem a produção audiovisual nacional e a criação de uma nova autoridade reguladora única para o audiovisual.

Discussão séria

O secretário-geral do PS, em visita à feira da Agricultura em Santarém no passado domingo, já havia dado o tom daquela que viria a ser a posição dos socialistas, caso se confirmasse,



como veio a ocorrer, a declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional das alterações à Lei da Televisão propostas pelo Governo.

Cauteloso, Ferro Rodrigues adiantou na altura estar disponível para "discutir tudo" quanto ao futuro da RTP, desde que salvaguardado o princípio de "um bom serviço público de televisão em Portugal", mas só depois de ser conhecido "em pormenor o acórdão do Tribunal Constitucional". Essa disponibilidade, afirmou, decorre da existência de "limitações financeiras" e da necessidade de encontrar "a justa medida entre as dificuldades financeiras da RTP, e a

possibilidade de as recuperar, e um bom serviço público, melhor que o que hoje existe"

Segundo o secretário-geral socialista, fundar uma nova empresa de serviço público de televisão seria a última das consequências de um seu governo.

Por outro lado, Ferro Rodrigues diz-se disponível para uma "solução positiva", para a RTP, mas não para um "jogo viciado à partida".

Ferro Rodrigues também salientou que estando o PS disposto a sentar-se à mesa com o Governo "para tentar resolver a questão da RTP", é necessário que o Executivo "dê demonstração e garantias de que não vai continuar num processo

de fuga para a frente, de ameaças sobre a RTP e os seus trabalhadores".

O secretário-geral socialista voltou ainda a criticar a constituição da comissão criada pelo Governo para analisar o serviço público de televisão, cujo mandato considerou condicionado à partida porque os que defendem a existência de dois canais estão em minoria.

Soares contra a falência da RTP

O eurodeputado Mário Soares também se pronunciou sobre a questão em entrevista à Antena Um. Face a notícias publicadas no fim-de-semana que davam conta da alegada intenção do Governo em declarar a falência da RTP, o ex-Presidente da República afirmou que essa opção significaria "a falência do Estado democrático e do Estado de Direito", ao mesmo tempo que reafirmava a defesa intransigente do serviço público de televisão e de rádio, sustentando que é necessário "restaurar a confiança" na RTP. Contudo, frisou que "a televisão pública não deve competir de forma baixa com as televisões comerciais, como de algum modo está a fazer". Para Mário Soares, "o serviço público deve assentar na qualidade efectiva, tem de ser um suplemento de qualidade, tem de concorrer para aumentar o nível das privadas, tornando-se a referência pela qual as privadas afinam a sua programação e não o contrário". Nesse sentido, defendeu que "o serviço público não pode estar muito ligado aos executivos partidários e não pode ter administrações improvisadas".

FARMÁCIAS SOCIAIS

PS FIEL A PROMESSAS ELEITORAIS

O PS comprometeu-se durante a campanha eleitoral para as últimas legislativas a criar condições que permitissem o surgimento de cerca de 100 farmácias sociais.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) apresentou à Assembleia da República (AR) um projecto de lei que dá corpo à concretização desse compromisso.

"Sempre dissemos que prosseguiríamos este objectivo até às últimas consequências, no interesse da comunidade e dos cidadãos", reafirmou o líder socialista, sábado, na Moita, durante a apresentação pública do diploma do GP/PS que estabelece o regime jurídico de instalação e funcionamento das farmácias sociais.

O projecto, que já deu entrada na Mesa da AR e cujo agendamento será decidido na próxima conferência de líderes parlamentares, foi definido pelo secretário-geral do PS como uma "medida positiva para o sistema nacional de saúde porque melhora a acessibilidade aos utentes e promove a economia social no âmbito da saúde".

Para Ferro Rodrigues, a proposta socialista é ainda "positiva para os cidadãos", uma vez que



constitui "um passo em frente na racionalização da prescrição e uso do medicamento, bem como na redução do custo efectivo com medicamento suportado pelos utentes".

"Esta iniciativa assegura uma mais ampla

cobertura do País com estabelecimentos que melhoram o acesso aos cuidados farmacêuticos; cria condições para que instituições de solidariedade social cumpram os seus objectivos de colaborar com o Estado na realização de fins públicos; e dá efectivo cumprimento a uma promessa eleitoral, amplamente divulgada, mostrando assim respeitar os milhões de eleitores que em si votaram, provando merecer a sua confiança no pleno e rigoroso respeito das regras do regime democrático, explicou Ferro Rodrigues.

O líder do PS considerou fundamental, nesta matéria, "que os partidos da Assembleia da República, nomeadamente aqueles que assumiram uma postura mais construtiva em relação às farmácias sociais durante a campanha eleitoral, como foi o caso do CDS/PP, assumam agora as suas responsabilidades". O projecto de lei do PS de criação das farmácias sociais diz que o objectivo "não é a criação de um sistema alternativo de farmácias, mas sim e somente a criação de um sistema complementar de prestação de cuidados farmacêuticos que responda às necessidades específicas de certos grupos populacionais".

Na exposição de motivos, o projecto chama ainda a atenção para que "o sector da economia social já desempenha um papel de relevo neste domínio, sendo detentor de cerca de meia centena de farmácias sociais", lembrando ainda que antes da lei de 1965, denominada Lei da Propriedade da Farmácia, já existiam em Portugal, à semelhança de outros países da Europa, as chamadas "farmácias sociais".

Segundo o PS, as farmácias sociais "poderão operacionalizar o princípio da dispensa de medicamentos em unidose", sendo também promovida "a difusão dos medicamentos por nome genérico".

O diploma socialista estabelece que as farmácias sociais sejam detidas apenas por "instituições particulares de solidariedade social, sem fins lucrativos e de utilidade pública" e garante que é um passo para o aperfeiçoamento do sistema farmacêutico português, que até agora "tem garantido a prestação de cuidados farmacêuticos com elevados padrões de qualidade", embora seja importante permitir "o acesso dos utentes ao sistema de cuidados farmacêuticos em mais amplas condições".

DEFESA

PS DISPONÍVEL PARA AJUDAR

O Governo será obrigado a informar o Parlamento sempre que contingentes militares portugueses desenvolvam missões no estrangeiro. A Assembleia da República assim o decidiu, terça-feira, em sede de Comissão de Defesa, pondo de novo em andamento um processo que vem da anterior legislatura e que foi iniciado pela bancada socialista.

Por outro lado, numa lógica de oposição construtiva e com ideias, os deputados socialistas enviaram ao ministro da tutela as propostas sobre a revisão do conceito estratégico de defesa nacional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) respondeu deste modo ao repto feito por Paulo Portas durante a audição da semana passada para a criação de um consenso em torno da revisão dos conceitos e da doutrina das Forças Armadas (FA).

Foi Marques Júnior quem justificou iniciativa com o carácter "urgente" dos reequipamento das FA.

Segundo o deputado socialista, as propostas governamentais não deverão "divergir significativamente" das sugestões inscritas no documento.

Entretanto, e ainda em ambiente consensual, o "popular" ministro da Defesa, Paulo Portas, reconheceu perante a Comissão de Defesa da Assembleia da República que a decisão do governo liderado por António Guterres de



comprar submarinos britânicos usados da classe Upholder estava certa e constituiu uma atitude "transparente, consistente e legítima". Afinal, o Executivo do PS "agiu com legitimidade e sem falta de transparência" como disse Portas, no dia 5, numa reunião à porta fechada, solicitada pela bancada socialista, para esclarecimento de algumas afirmações feitas pelo titular da Defesa.

O ministro reconheceu ainda perante a

Comissão de Defesa que os níveis de investimento no sector estão abaixo dos mínimos indispensáveis, sustentando que apesar de todas as verbas que foram obtidas com o Orçamento Rectificativo não é possível fazer, actualmente, uma equiparação com as que estavam orçamentadas para 1998, em plena época de governação socialista.

Os vectores orçamentais da Defesa deverão voltar a ser tema de discussão próxima reunião

entre a comissão e a tutela pois, segundo o socialista José Lello, Paulo Portas "demonstrou disponibilidade para um diálogo concertado com o Parlamento".

Parte da reunião de quarta-feira foi ocupada por Portas com a enunciação de projectos de revisão conceptual de que fala já desde 9 de Abril, facto que levou o Lello a afirmar à Imprensa que "o ministro foi um pouco declaratório".

"Reafirmo princípios que já tinha avançado no antecedente, e denoto que o ministério não está a avançar em áreas-chave como as do reequipamento e reformas estruturais das Forças Armadas", observou o deputado do PS. Mas, se os socialistas se manifestaram "satisfeitos" com as explicações do ministro quanto à questão dos submarinos, afirmando não ter sido sua intenção "insinuar qualquer falta de transparência" do Governo PS, à saída da reunião, Vitalino Canas falou das "questões que ficavam por responder" por Portas.

"Não conseguimos ter uma resposta concreta sobre a execução da LPM", explicou Canas, aludindo ao recurso ao "artifício" de ir buscar às verbas do reequipamento dinheiro para as despesas correntes.

Recorde-se que as dívidas surgiram depois do Paulo Portas ter confirmado que apenas 6 por cento das verbas afectadas para o reequipamento terem sido utilizadas este ano.

"BENFICAGATE"

SOCIALISTAS EXIGEM COMISSÃO DE INQUÉRITO

Duas horas e meia de questões e nenhuma resposta concreta foi o saldo da audição parlamentar da ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, sobre as dívidas fiscais do Benfica.

Dada a natureza "nebulosa" das afirmações da governante, o Grupo Parlamentar do PS juntou-se às outras bancadas da oposição para requerer uma comissão de inquérito sobre esta matéria.

Com a polémica instalada, Ferreira Leite esquivou-se como pôde às dúvidas apresentadas pelos deputados, limitando-se a alegar que, no caso das acções da SAD "encarnada", "só beneficiou o Estado", por ter conseguido fazer entrar nos cofres públicos 800 mil contos que o clube tinha por saldar. Porém, muitas questões ficaram no ar, à espera da comissão de inquérito.

Saber se as acções já tinham ou não sido aceites como garantia da dívida no momento em que o PSD chegou ao Governo é uma dúvida que permanece. Ferreira Leite diz que sim. O PS garante que não.

O parlamentar socialista Eduardo Cabrita assegurou que "não é verdade que tenha havido aceitação da garantia", pois "essa aceitação não existe sem a avaliação das acções". E a avaliação foi sancionada por Ferreira Leite.

Por sua vez, João Cravinho perguntou "para que serve a avaliação das acções se já foram aceites como garantia?", ao que Ferreira Leite retorquiu com um esclarecedor "não sei", acrescentando que a administração fiscal, que "é independente", lhe perguntou "qual devia ser o critério de avaliação", recebendo em troca mais uma orientação específica, à boa maneira "laranja": "Façam como é costume".

No final do debate, o deputado socialista Vítor Baptista fez o elo entre este assunto e o Euro-2004, questionando se a pressa em resolver o problema não estaria relacionada com a necessidade do Benfica aceder ao dinheiro do campeonato europeu de futebol.

ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

PS REQUER APRECIÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE

A bancada parlamentar pediu ao Tribunal Constitucional (TC) uma "fiscalização sucessiva e abstracta" do Orçamento Rectificativo apresentado pelo Governo de Durão Barroso.

O requerimento, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) fez chegar "com carácter de urgência ao TC, baseia-se em três argumentos: a "cativação de milhões de euros no Rectificativo, a "sanção aos municípios" que violem os limites de endividamento das autarquias, e ainda a "violação do direito à segurança do emprego dos trabalhadores da Função Pública".

Em relação ao primeiro ponto de reclamação – a questão da cativação de 387 milhões de euros, a repartir pelos ministérios, mediante despacho das Finanças –, os socialistas afirmam que "a fórmula usada afigura-se desconforme à Constituição" uma vez que esta exige a "discriminação e especificação das despesas".

Além disso, o GP/PS considera que o Orçamento Rectificativo viola o princípio da autonomia do poder local e das Finanças Locais dado que pretende "sancionar as autarquias" que ultrapassem os limites de endividamento, com uma "redução das transferências a efectuar".

Por último, o PS entende haver inconstitucionalidade na "reafectação, flexibilização e mesmo redução de vencimento dos funcionários públicos", permitindo-se assim que outros "passem à situação de licença sem vencimento de longa duração".

Para a bancada do PS, esta situação, "sem ser um despedimento formal equivale em muitos efeitos a um despedimento", e os trabalhadores da Função Pública "desfrutam de um vínculo vitalício". Entretanto, conforme o Partido Socialista sempre afirmou, confirmou-se que o orçamento rectificativo aprovado pela maioria de direita no Parlamento aumenta a dívida pública nacional em cinco milhões de euros.

A informação foi reafirmada pelo presidente do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP). Segundo Vasco Pereira, que falava perante a Comissão Parlamentar de Execução Orçamental, os encargos assumidos pelo Estado com as alterações orçamentais para 2002 aumentou as necessidades de financiamento previstas de um valor de 13.900 para 18.900 milhões de euros.

AGRICULTURA

FERRO CONTRA INCAPACIDADE DO GOVERNO PARA APROVEITAR FUNDOS

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, disse ser "estranho" que, a meio do ano, o primeiro-ministro "já esteja a preparar a opinião pública para a incapacidade" de aproveitamento dos fundos comunitários por parte do Governo.

Ferro Rodrigues, que visitou no domingo a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, na companhia do ex-ministro da Agricultura Capoulas Santos, reagiu assim à declaração do primeiro-ministro, na inauguração do certame, de que Portugal tem uma taxa de execução de programas que contam com financiamento comunitário da ordem dos 14 por cento, o que, a manter-se, representará a perda de "muito dinheiro".

O secretário-geral do PS disse orgulhar-se do esforço feito ao longo de seis anos de governação socialista, particularmente em defesa da agricultura, realçando a melhoria dos rendimentos dos agricultores e o acesso a um Quadro Comunitário de Apoio (QCA) "com meios financeiros que parece que este Governo tem



difficultades em utilizar".
Reagindo à acusação de baixa execução, Ferro Rodrigues disse ter ideia de que "é ao

contrário", ou seja, de que houve capacidade para se conseguir um "excelente quadro comunitário para o País" e um "grande esforço"

ao longo de 2001 para utilização dessas verbas. "O que parece estranho é que, a meio do ano, já se esteja a preparar a opinião pública para uma incapacidade devido a uma paralisação administrativa de que este Governo tem dado mostras nestes primeiros meses", afirmou.

Prometendo que o PS fará tudo "para ajudar o Governo" a evitar que haja devoluções de verbas do QCA a Bruxelas, Ferro Rodrigues anunciou que o nosso partido apresentará na Assembleia da República, a curto prazo, propostas nesse sentido.

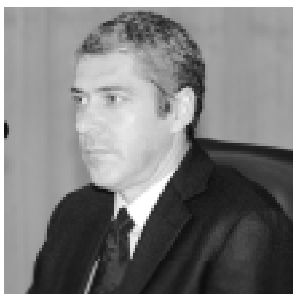
Ferro Rodrigues foi acompanhado na sua visita pelo presidente do Conselho de Administração do Centro Nacional de Exposições, José Manuel Casqueiro, que fez questão de frisar que se a Feira Nacional de Agricultura exhibe este ano as maiores exposições pecuária, de artesanato e do mundo rural o deve ao "empenhamento muito particular" de dois ex-ministros socialistas, Capoulas Santos e Paulo Pedroso.

SÓCRATES LEMBRA

AMBIENTE NÃO ESTÁ FORA DA POLÍTICA

José Sócrates sustentou que o "o ambiente não está fora da política e não é uma coisa neutra". Pelo contrário, adiantou, "as diferentes famílias políticas têm diferentes visões". O ex-ministro do Ambiente justificou esta sua afirmação como exemplo do papel do Estado nesta área, que para algumas "famílias políticas" deve ser "reduzido ao mínimo", enquanto para outras será de "carácter mais interventor". Para Sócrates, "o mercado não pode comandar esta questão porque não tem uma visão de longo prazo. Só o Estado tem uma perspectiva de futuro".

Na palestra que proferiu na Universidade de Aveiro, intitulada "Política de ambiente em



Portugal - desafios para a próxima década", Sócrates manifestou-se "preocupado com a ideia cega do Governo de cortar em todo o lado", acrescentando que "é preciso escolher, saber onde o Estado vai gastar mais dinheiro e ter mais funcionários", uma vez que "só há progresso em políticas de ambiente com organização do Estado".

Quando a ciência cedeu ao preconceito

No Dia Mundial do Ambiente, o deputado do PS acabou inevitavelmente por falar da co-incineração, considerando que o modo como o

Governo tratou esta questão foi um "um momento de baixo nível, uma tentativa de construção de uma ciência oficial, um mau momento de politiquice, em que a ciência cedeu ao preconceito".

O ex-ministro do Ambiente lamentou ainda o recuo na demolição das torres de Ofir e deixou claro preferir que o ministério tutelado por Isaltino Morais se chamasse "do Ambiente, Ordenamento e Cidades", pois o ordenamento do território é uma das cinco prioridades que eleger para a política ambiental dos próximos dez anos, tal como o saneamento básico, a integração ao abrigo do protocolo de Quioto, a cidade e a aplicação geral das leis.



SECÇÃO DE ALVALADE

REUNIÃO DE MILITANTES

O processo de renovação da Declaração de Princípios e Estatutos do PS e actual situação política estiveram em análise na semana passada numa reunião no Hotel Lutécia, promovida pelo Secretariado da Secção de Alvalade, que contou com a presença dos camaradas Paulo Pedroso e Miguel Coelho.

De sublinhar a presença de um número significativo de novos aderentes, tendo-lhes sido dadas as boas vindas à família socialista na pessoa do arquitecto e resistente antifascista Nuno Teotónio Pereira. O grande interesse pelos temas em discussão originou quase duas dezenas de intervenções dos cerca de 50 militantes presentes, o que levou a que a reunião se prolongasse pela madrugada. Entretanto, estão previstas novas reuniões para as quais já estão convidados os dirigentes nacionais António Costa e Manuel Maria Carrilho, segundo informou o camarada Mário Lourenço que coordenou a reunião.

PRESIDÊNCIA ABERTA

SAMPAIO MOSTRA POTENCIALIDADES DO BAIXO-ALENTEJO



O Presidente da República iniciou na terça-feira, em Mértola, a sua "Presidência Aberta" no Baixo-Alentejo. Pôr em evidência as potencialidades da região e a defesa de políticas de coesão que promovam o desenvolvimento do interior são os objectivos centrais.

No primeiro dos 14 concelhos do distrito de Beja, que visitará até domingo, Jorge Sampaio falou da necessidade de nova "alma de agitação democrática" para reivindicar, para o interior, a resolução dos problemas.

"É necessário uma alma de agitação democrática, no melhor sentido. É preciso que o povo acredite que as instituições são capazes de resolver problemas", defendeu, apelando a uma postura mais irreverente.

Jorge Sampaio falava à população depois da visita ao Museu Islâmico de Mértola, com o tema património como pano de fundo.

As referências de Sampaio a uma atitude mais

reivindicativa surgiram após a intervenção do presidente da Câmara, o socialista Pulido Valente, que elencou as debilidades do concelho e solicitou a intervenção do chefe de Estado no sentido de assegurar mais apoios. A "força e a energia" dos alentejanos foram, então, evidenciadas pelo chefe de Estado, que

fez rasgados elogios ao trabalho desenvolvido pela autarquia e pelo CAM.

"A sua experiência e esforço foram dando para perceber que Mértola é uma vila museu", disse, referindo-se a Cláudio Torres.

Antes da visita à sede de concelho, o Presidente deslocou-se à aldeia da mina de S. Domingos,

que desde 1994 conta com um projecto de requalificação.

Pulido Valente apresentou ao chefe de Estado o Plano Geral de Urbanização (PGU), com o qual a autarquia pretende revitalizar a aldeia, depois de recuperar, em termos ambientais, toda a zona do complexo mineiro encerrado em 1965.

"A esperança não cai do céu", garantiu Sampaio, depois de aceitar o convite para descerrar, em 2003, o monumento de homenagem ao mineiro.

De seguida Sampaio viajou até Almodôvar onde o tema central foi a saúde, tendo destacado os avanços conseguidos na área dos cuidados primários de saúde nas últimas três décadas e elogiado a dedicação dos médicos radicados no interior.

"O grande salto que se deu em Portugal com a vacinação e a rede de cuidados primários", segundo Sampaio, permitiu a Portugal evoluir "em termos de alguns indicadores de saúde". O chefe de Estado abordou o tema da saúde durante a cerimónia de homenagem ao médico mais conhecido da região, João de Brito Camacho, que recebeu a Ordem da Liberdade.

PS/BAIXO-ALENTEJO SAÚDA SAMPAIO

A Federação do Baixo-Alentejo do PS congratulou-se com a presença do Presidente da República no distrito de Beja, que escolheu para as comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, seguida de uma "Presidência Aberta" em que visitará o distrito e "tomará contacto com a sua realidade em diversos aspectos da vida social, económica e cultural".

Num comunicado assinado pelo seu presidente, Luís Ameixa, a Federação do PS/Baixo-Alentejo enaltece a decisão de Jorge Sampaio, uma vez que "ela reflecte a sua atenção pelo todo nacional e também pelos reflexos positivos que não deixará de trazer para a nossa região, em ordem ao seu desenvolvimento no contexto da coesão económica e política de Portugal".

Por último, a Federação "saúda, com júbilo, Jorge Sampaio, desejando-lhe uma óptima estada no Baixo-Alentejo".

O homenageado serviu, inclusivamente, de exemplo quando Sampaio tomou a palavra na cerimónia realizada na Escola EB 2,3/S, na qual participaram algumas centenas de populares. Conhecido em Almodôvar como “médico dos pobres” e considerado pioneiro na aplicação do conceito de Saúde Pública, João de Brito Camacho, 80 anos, o “João Semana” da terra, que, sem olhar a horas, distâncias ou dinheiro, percorria a planície para ajudar quem precisava. Nascido em Vale de Leitão de Baixo, freguesia e concelho de Aljustrel, em 1922, Brito Camacho foi também, como não podia deixar de ser, um destacado opositor do Estado Novo.

Barragem do Alqueva

No segundo dia da “Presidência Aberta”, Sampaio visitou o empreendimento mais gigantesco e emblemático do Alentejo, a

barragem do Alqueva, sonho de várias décadas e gerações, tornado realidade pelo Governo do PS.

O Presidente da República disse que o desafio seguinte passa pela capacidade de o Governo transformar o empreendimento num “projecto empresarial” capaz de aproveitar todas as valências.

“É um projecto gigantesco, do ponto de vista do investimento do País”, disse Sampaio, que recebeu, durante a visita, a informação disponibilizada pela administração da EDIA sobre o andamento das obras ainda em curso, sobre a localização dos regadios e sobre o nível de enchimento da albufeira, actualmente à cota 113,5 (40 metros de profundidade junto ao paredão).

A construção da barragem de Alqueva, que fechou comportas em 8 de Fevereiro, tem por objectivo a constituição de uma reserva

estratégica de água e o projecto apresenta como valências o aproveitamento agrícola, turístico e produção de energia eléctrica. Com uma altura máxima, contada a partir das fundações, de 96 metros, a barragem vai encher à cota 152.

O sistema global de rega de Alqueva irá equipar uma área com cerca de 110 mil hectares e é composto por uma rede de canais e condutas que atinge um desenvolvimento de 5 mil km e cuja construção se estenderá até 2025. O investimento total, até 2025, será de 380 milhões de contos.

Ontem, quarta-feira, dia dedicado ao produto de excelência: a transformação de porco alentejano, o Presidente da República esteve na recém-mediática vila de Barrancos, onde defendeu uma solução jurídica capaz de conciliar os aspectos legais com a tradição da morte do touro na arena durante as festas

locais.

“O Presidente é a favor da legalidade mas, acreditando na autoridade democrática, recomenda que tentemos preservar as tradições e perceber os povos mais distantes. Há tradições que seria conveniente enquadrar legalmente de outra maneira”, disse Sampaio.

As tradições locais, segundo Sampaio, não colocam obrigatoriamente em causa a unidade do País.

O sotaque do Minho não é igual ao do Alentejo, todavia temos um só País e uma só língua”, recordou.

A “Presidência Aberta” continua até domingo com Jorge Sampaio a visitar Ferreira do Alentejo, Alvíto, Beja, Aljustrel, Castro Verde, Vidigueira, Cuba, Serpa, Ourique e Odemira. eA

J. C. C. B.

10 DE JUNHO

PRESIDENTE QUER COESÃO SOCIAL E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Num discurso “essencialmente virado para o futuro” - conforme salientou o líder do PS - o Presidente da República defendeu a necessidade de os critérios económico-financeiros não serem em causa a coesão nacional e social.

Na intervenção que proferiu nas comemorações do 10 de Junho, este ano realizadas em Beja, Jorge Sampaio disse que “o que tem de ser feito deve-o ser eficazmente, não pondo, no entanto, nunca em causa, os princípios

fundamentais do Estado de Direito e a coesão nacional”, sustentando que “os sacrifícios têm de ser distribuídos equitativamente. Não podemos deixar que os mais pobres sejam, outra vez, os mais atingidos”.

Reconhecendo a “difícil conjuntura financeira que o país enfrenta”, Jorge Sampaio frisou que “é preciso distinguir o que é investimento útil necessário, útil e indispensável, do que é desperdício e mau uso, podendo e devendo ser eliminado”, acrescentando que os critérios dessa avaliação “não podem ser apenas económico-financeiros”.

Jorge Sampaio falou sobre outros desafios que se colocam aos portugueses nos próximos tempos: a afirmação da coesão nacional, a concretização da igualdade de oportunidades

e a afirmação da cidadania.

“A crescente despolitização, que se exprime no declínio na participação nos partidos políticos, nas associações cívicas e nos actos eleitorais, é um sinal preocupante. No limite estará em causa a própria credibilidade da democracia”, afirmou.

Sampaio abordou também os “deveres indeclináveis” que recaem sobre cada um dos portugueses, salientando que há obrigações a cumprir. Segundo o chefe de Estado a fraude fiscal e a sinistralidade rodoviária “são sinais de que Portugal ainda não atingiu em muitos aspectos da vida colectiva, a modernidade a que aspiramos, pois a modernidade a que aspiramos implica cultura de rigor, uma nova atitude e um civismo apurado”, salientou.

Sampaio também se referiu às obrigações do Estado para com os cidadãos, referindo que os governos não podem apenas pedir mais aos portugueses. “O Estado, para exigir mais dos cidadãos, tem de os servir melhor. Tem de combater a exclusão e a discriminação social, etária e territorial. A igualdade de oportunidades é inseparável da ideia moderna de cidadania”.

Na sua mensagem, Jorge Sampaio não esqueceu os “imigrantes, refugiados, visitantes ou trabalhadores” que, apesar de não terem iguais direitos políticos, devem ter os mesmos direitos cívicos dos cidadãos nacionais.

“Devemos manter as portas abertas da comunidade, com moderação e dentro das regras legais”, disse.



ANTÓNIO GUTERRES CONDECORADO

António Guterres foi condecorado pelo Presidente da República com a Ordem de Cristo por ter sido “um exemplo de dedicação à causa pública (...) nomeadamente em momentos cruciais da afirmação de Portugal na União Europeia e no mundo”

Jorge Sampaio distinguiu na sessão solene comemorativa do 10 de Junho, 15 personalidades das áreas da política, medicina, cultura e educação e às actividades empresariais.

Entre os distinguidos, esteve Octávio Teixeira, ex-líder do Grupo Parlamentar do PCP, que foi condecorado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

A título póstumo, Jorge Sampaio atribuiu ao advogado e resistente antifascista Manuel João da Palma Carlos a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.

Com a comenda da Ordem da Liberdade, o presidente agraciou Joaquim Palmeiro Gonçalves (activista sindical e apoiante de Norton de Matos e de Humberto Delgado), Celso Pinto de Almeida (integrou a comissão de Socorro aos presos políticos depois das eleições de 1969 e foi secretário de Estado da Administração Regional e Local, do IV governo provisório) e o médico Anibal Coelho da Costa.

PARTIDO SOCIALISTA: O FUTURO EM ABERTO



JOSÉ CONDE RODRIGUES
JURISTA; MEMBRO DA COMISSÃO
NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA

À beira de um novo Congresso, mais do que discorrer sobre as pessoas, sobre os rostos da alternância, acerca dos quais aliás muito tem sido dito, importará definir uma verdadeira agenda da mudança. Uma agenda que volte a mobilizar os sectores mais dinâmicos da nossa sociedade, através de uma liderança forte e não de uma mera solução transitória.

Ora, não é por deixar o poder e passar à oposição que um partido pode deixar de reflectir acerca da sua própria agenda, bem como, no fundo, sobre a plataforma que o relaciona com a sua base eleitoral.

É o que se passa, actualmente, com o Partido Socialista, numa fase crucial de refundação da política, em que esta cada vez menos passa apenas pelos partidos e em que a democracia exige uma participação cada vez maior de cada um de nós, face a um mundo globalizado em mudança acelerada. E ainda, num período em que, porventura mais do que em nenhum outro, as diversas forças políticas estão a atravessar autênticas catarses de recolocação das suas aspirações e dos seus principais actores. Por outro lado, no momento em que o mesmo Partido Socialista vai afirmar uma nova liderança será bom não esquecer que, se é difícil chegar ao poder, então mais difícil ainda se torna mantê-lo à margem dos grandes temas que preocupam a sociedade e cada um dos portugueses em particular.

Ouvir, decidir e garantir a coesão nacional e social serão as melhores armas para esta nova liderança nos dias que se avizinham. Desse modo evitar-se-á o estigma que fustiga a classe política quando, ao profissionalizar-se nos diversos escalões do poder, acaba por cair na tentação do autismo dos corredores, em vez de acompanhar, a par e passo, o fluir da sociedade sobre a qual deverá saber exercer a sua influência mobilizadora. É que a vivência democrática não se oferece, conquista-se e solidifica-se no dia a dia, junto dos cidadãos. Ouvindo as suas necessidades, compreendendo os seus anseios, mas também decidindo sobre as diversas prioridades na defesa dos seus interesses.

Em política, a confiança e a credibilidade demonstram-se em actos que contribuam para a qualidade de vida das populações e a nova liderança deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que a vida política seja transparente, envolvendo a participação do maior número de cidadãos.

É também por isso que o que está em causa neste momento no seio do Partido Socialista, não pode ser a mera transição.

Uma liderança nada vale sem uma visão clara, sem estratégias definidas, para mobilizar os portugueses. Essa visão e essas estratégias terão de passar, em meu entender, pela triologia: oportunidade, responsabilidade e comunidade.

Com efeito, quem se interessa pela salvaguarda de uma gestão eficaz do dinheiro dos contribuintes, quem procura salvaguardar a optimização dos recursos, sempre escassos, para a satisfação das necessidades públicas, deve exigir mais.

Ou seja, mais do que a mera alternância, os portugueses vão exigir a surpresa dos novos projectos. Mais do que a mudança de rostos, vão exigir a coerência de princípios, com pragmatismo na afirmação da autoridade legítima das instituições e na procura das melhores soluções (pois os diagnósticos já existem em abundância) para o desenvolvimento gradual, sustentável, do país como um todo, sem desigualdades artificiais.

É verdade que haverá sempre quem defenda que basta dar a ideia de que as coisas vão mudar, mas é preciso que mude efectivamente o que tem funcionado mal, procurando ir mais longe, muitas vezes com a ousadia da rotura e espírito de risco.

Só assim, tenho a certeza, a nova liderança será uma solução renovada, com menos perdas de tempo para o país e garantindo a retoma dos laços entre os portugueses e a vida política. Uma liderança forte, responsável, eficaz e não uma mera transição.

Mas uma liderança nada vale sem uma visão clara, sem estratégias definidas, para mobilizar os portugueses. Essa visão e essas estratégias terão de passar, em meu entender, pela triologia: oportunidade, responsabilidade e comunidade.

Oportunidade, significará criar igualdade de acesso aos bens públicos: emprego, saúde, educação, cultura, lazer, entre outras.

Responsabilidade, significará criar uma verdadeira cultura de exigência e rigor, um compromisso com a qualificação dos portugueses, sobretudo assumir que não existem apenas direitos, mas também os deveres correspondentes, numa sociedade que garante o exercício da cidadania em toda a sua plenitude.

Comunidade, significará reforçar os laços de pertença, reforçar as nossas afinidades com os outros, reforçar, no fundo, a coesão dos nossos espaços públicos. Tal implicará, necessariamente, fortalecer o associativismo em todos os quadrantes, fortalecer a função das famílias, nomeadamente na educação das crianças, bem como fortalecer o próprio sentido das relações de vizinhança. Uma comunidade forte será uma comunidade mais segura de si, mais autónoma, onde o sentido de responsabilidade, com segurança, garanta a liberdade e a igualdade de oportunidades.

Ou seja, para além de confirmar uma nova liderança, o Partido Socialista deverá ser capaz de propor medidas que providenciem mais oportunidades para todos os portugueses. Segundo, deverá pedir responsabilidade a todos os portugueses. Terceiro, deverá ajudar a forjar, cimentar, uma comunidade mais forte para enfrentar os desafios do futuro.

Estou certo que o Partido Socialista não deixará de estar atento a uma agenda desta natureza, pois como alguém já disse, o País não pode esperar por uma segunda oportunidade para causar a primeira impressão do seu sucesso, no mundo competitivo e instável em que vivemos.



STRECHT RIBEIRO

“MARGEM ESQUERDA” QUER CONTRIBUIR PARA APROFUNDAR O DEBATE NO PS

“A ‘Margem Esquerda’ quer contribuir para intensificar a discussão política dentro do partido, bem como para alargar e aprofundar o debate no seio da esquerda”, contribuindo assim “para clarificar a identidade do socialismo e contrariando a ideia de que o capitalismo é o modo de organização natural das sociedades humanas desenvolvidas”, afirma Strecht Ribeiro em entrevista ao “Acção Socialista”. O deputado refere ainda que este clube de reflexão e debate, em que os militantes e simpatizantes do PS podem participar de “forma irrestrita”, só se transformará em tendência “se o PS se desviar para a direita desvirtuando os seus valores fundacionais”.



Como um dos seus principais impulsionadores, como definiria a “Margem Esquerda”?

Como um clube de reflexão e debate constituído por militantes do PS, que quer contribuir para intensificar a discussão política dentro do partido, bem como para alargar e aprofundar o debate no seio da esquerda.

Quais os objectivos?

Proceder à discussão dos problemas centrais do mundo em que vivemos de uma maneira continuada e sistemática, susceptível de gerar propostas sólidas e inovadoras, contribuindo assim para clarificar a identidade do socialismo e contrariando a ideia de que o capitalismo é o modo de organização natural das sociedades humanas desenvolvidas.

Quais são as principais ideias-força do manifesto que aprovaram?

Encarar o socialismo como o horizonte qualificante da democracia e da sociedade humana. Renunciar a esse horizonte é perder a identidade socialista e valorizá-lo implica um processo de amadurecimento social que deve contar com um importante protagonismo do Estado, mas que está longe de lhe ficar circunscrito.

A dinâmica social há-de conjugar-se com a acção do Estado, numa sinergia virtuosa. Dar uma renovada importância aos valores socialistas da liberdade, da justiça, da igualdade, da fraternidade, da solidariedade, do respeito pela natureza, da cooperatividade, da criatividade cultural, da inovação organizacional, submetendo-os a uma permanente actualização crítica.

Avaliar o potencial futurante de um conjunto de grandes linhas de orientação estratégica. Entre elas, lembremos, como exemplos: a valorização de todos os direitos humanos; o aperfeiçoamento da democracia em todas as suas dimensões; o estímulo à criatividade individual e à inovação colectiva; a perspectiva que encara a protecção social como um direito de cidadania; a aposta na educação, na cultura e na criação artística como factores de humanização e de capacitação crítica; o incentivo às práticas cooperativas e associativas, como factores de humanização endógena da sociedade; o respeito pelo equilíbrio ambiental e pelos direitos dos consumidores, como limites à lógica do lucro. Estas linhas de orientação política são uma constelação de elementos interdependentes que, em si própria, representará uma profunda renovação da sociedade.

O que é que o PS e a esquerda do século XXI podem esperar da “Margem Esquerda”?

Podem esperar o esforço empenhado para a construção de uma alternativa de esquerda fundada nas ideias-força que atrás enunciei.

Qual é a vossa posição sobre a reforma do sistema político, nomeadamente quanto à questão de aproximar o eleito do eleitor?

A necessária reforma do sistema político não pode ser encarada como simples operação de engenharia institucional. Na verdade, o destino de um desenvolvimento social humanizante e sustentável joga-se, cada vez mais, na multiplicação de protagonismos, na disseminação de processos sustentados por dinâmicas endógenas, enquadrados, articulados e potenciados em instâncias supralocais. Por isso, só tem sentido útil falar em reforma do sistema político, se a concebermos como uma verdadeira descentralização democratizante, ou seja, como qualificação dos poderes locais, emergência de poderes regionais e racionalização do poder central. Dentro desta lógica, o PS deve tornar claro que está disposto a uma negociação global com todos os partidos para a reforma do sistema político, com os reflexos que isso possa ter na revisão constitucional, mas que está disponível para operações de cosmética parcelar.

Embora sublinhem não pretenderem ser uma tendência dentro do PS, não acha que toda a lógica da criação da “Margem Esquerda” aponta nesse sentido?

Os objectivos da “margem Esquerda” são os que já enunciei atrás e não contemplam a criação de uma tendência dentro do PS. No entanto, se o PS se desviar para a direita desvirtuando

os seus valores fundacionais, a “Margem Esquerda” poderá ver-se obrigada a constituir-se como tendência.

Quais são as iniciativas que têm programadas?

Está programado o debate sobre a reforma dos partidos e outros se lhe seguirão, nomeadamente sobre as políticas laborais, segurança social, educação, todas elas pensadas conjugadamente como vectores de dignificação da pessoa e da sociedade, como antídotos contra a exclusão, a miséria e a fome. Consideramos igualmente importante debater a segurança das pessoas, porque sem tranquilidade, sem serenidade no exercício das actividades quotidianas, dificilmente se pode conceber uma dinâmica social sustentável.

De que forma é que os militantes e simpatizantes do nosso partido podem participar nas iniciativas da “Margem Esquerda”?

Podem participar de uma forma irrestrita.

Até que ponto é que as novas tecnologias podem contribuir para o debate político?

Melhorando a informação e a discussão horizontal dentro e fora do partido.

J. C. CASTELO BRANCO

APROVADO RELATÓRIO MARINHO

EXECUÇÕES JUDICIAIS NA UE COM RECONHECIMENTO MÚTUO

O plenário do Parlamento Europeu aprovou esta semana um relatório sobre uma decisão-quadro do Conselho que consagra o reconhecimento mútuo no espaço comunitário das execuções judiciais em matéria de congelamento de bens ou de provas de crime. Elaborado pelo eurodeputado Luís Marinho, a adopção deste relatório cria um instrumento na luta contra o terrorismo e permitirá uma maior eficácia e celeridade na execução das acções judiciais.

O relatório agora aprovado por ampla maioria, amplia o campo de aplicação aos 32 delitos actualmente contemplados pela isenção de dupla incriminação, passíveis de configurar actividades

terroristas. Com efeito, aquando da primeira leitura, o âmbito de aplicação das decisões judiciais de congelamento de bens ficava-se por uma lista de seis crimes transfronteiriços, mas ganhou uma dimensão mais ampla após os atentados de 11 de Setembro em Nova Iorque. O tráfico de estupefacientes, a fraude lesiva dos interesses financeiros da União Europeia e o branqueamento dos produtos do crime figuram entre os crimes abrangidos.

Com diferenças consideráveis entre os 15 sistemas jurídicos nacionais, só com o Tratado de Amsterdão algumas delas começaram a esbater-se, designadamente ao "comunitarizar-se" a

cooperação judiciária em matéria civil, que ficou consagrada nos artigos 61º e 65º do Tratado que institui a Comunidade Europeia. Agora, é a cooperação judiciária em matéria penal que regista um progresso.

"O presente projecto de decisão-quadro, que dá seguimento às decisões políticas tomadas no Conselho Europeu de Tampere, de Dezembro de 2000, representa um passo decisivo para a construção do espaço europeu de justiça", considera Luís Marinho no seu relatório.

Por outro lado, ao intervir no plenário sobre o parecer da Comissão das Liberdades Públicas relativo ao ponto da situação das negociações de

adesão aos países da Europa Central e de Leste, o eurodeputado afirmou que cada linha nele contida "representa uma fonte de preocupação e de angústia", desde a independência do sistema judicial à situação das minorias, do tráfico de seres humanos ao crime organizado, da corrupção policial às discriminações sexuais e religiosas. "Em matéria de liberdade, democracia e direitos do Homem, não há excepções, períodos transitórios ou Europa à la carte". Aqui é pegar ou largar. Espero que o tempo que nos falta nos faça acreditar que sim. Mas o ónus da prova, cumpre aos que querem partilhar connosco o nosso modelo de vida", sublinhou.

PREVENÇÃO DE CONFLITOS

EUROPA PRECISA DE REFORÇAR POLÍTICA EXTERNA E DE DEFESA

Para que a União Europeia possa avançar determinadamente na prevenção de conflitos, de que um dos exemplos preocupante é o que actualmente opõe a Índia e o Paquistão, necessita melhorar a coordenação dos esforços a nível da política externa e de defesa e avançar na direcção de uma diplomacia comum, defendeu no plenário de Estrasburgo a eurodeputada Maria Carrilho.

Discursando no debate do PE sobre o próximo

Conselho Europeu de Sevilha, a eurodeputada centrou a sua intervenção no conflito indo-paquistanês, considerando que, se houver outra guerra, será certamente bastante mais grave do que as precedentes que opuseram a Índia e o Paquistão por causa de Caxemira. "Agora não seria outra guerra, porque ambos têm armas nucleares e capacidade para as transportar", afirmou.

No entanto, considerou também que, depois de um período em que a tensão aumentava

diariamente, vive-se agora uma fase com alguma distensão, em que ambos os países dão até alguns sinais de boa vontade no desanuviamento das relações. "Para além da tensão evidente, nota-se agora também uma vontade de paz", afirmou.

A eurodeputada Maria Carrilho é a presidente da Delegação Interparlamentar para as Relações com a Índia e os países da Ásia do Sul e visitou recentemente a zona, onde manteve contactos com as partes em conflito.



A proposta de acabar com as presidências rotativas, substituindo-as por um presidente da União Europeia eleito pelo Conselho Europeu, foi rejeitada pelo eurodeputado Mário Soares, na sua crónica quinzenal do Expresso "Cartas de Bruxelas".

Defendida pela presidência espanhola e com o apoio da Inglaterra, França e Itália, a proposta foi considerada "perversa", na medida em que acentuaria muito o défice democrático da União Europeia, entre outras coisas, "por ser contrária ao princípio da igualdade entre todos os Estados da União".

"Obviamente, que um presidente da União, a existir, teria de ser eleito por votação directa de todos os cidadãos europeus e não pelo Conselho de Ministros. E, preferencialmente a estar ligado a um órgão, deveria ser à Comissão", afirma Mário Soares.

A proposta da presidência espanhola, que poderia ser abordada no próximo Conselho Europeu de Sevilha, defende presidências de cinco anos ou, em alternativa, de dois anos e meio com poderes

MÁRIO SOARES

PRESIDENTE DA UNIÃO SÓ COM VOTO DOS CIDADÃOS

para dissolver o Parlamento Europeu.

Na sua crónica, o ex-Presidente da República aborda também o documento da Comissão "Um projecto para a União Europeia", recentemente divulgado, em que um dos objectivos é precisamente o de propulsar o debate já iniciado sobre a Convenção Europeia e o futuro da Europa. Trata-se de saber, no fundo, se a União vai continuar a ser tutelada pelos primeiros ministros dos Estados Membros ou se, pelo contrário, terá mais autonomia, o que pressupõe um reforço dos poderes da Comissão e do Parlamento Europeu e uma maior

intervenção dos cidadãos e dos parlamentos nacionais.

Neste contexto, Mário Soares cita as propostas da Comissão de reforço do laço entre os cidadãos e o orçamento comunitário, conferindo ao Parlamento Europeu prerrogativas mais sólidas e conformes à sua legitimidade democrática quanto à repartição das despesas e o estabelecimento dos recursos, considerando que elas representam uma "revolução". "A União - afirma citando a posição da Comissão - deve ser dotada de verdadeiros recursos próprios a um nível suficiente para desenvolver o seu projecto

europeu".

Soares evoca ainda as críticas da Comissão à cooperação intergovernamental, "fonte de impotência" e de dificuldades em muitas circunstâncias, já que "a tentativa de direcção política da União, por alguns Estados membros, é uma fonte de tensões e de bloqueios", situação que urge ultrapassar.

De referir ainda que Mário Soares foi o orador convidado numa conferência sobre "Portugal e a União Europeia: um balanço", que se realizou dia 12 na Universidade Marc Bloch, em Estrasburgo.



A proposta da Comissão Europeia para a reforma da Política Comum de Pescas "é demasiado brutal, desequilibrada e injusta", considerou o deputado europeu Carlos Lage, comentando os resultados do Conselho de Ministros da Agricultura e Pescas. O comissário responsável pela Agricultura e

CARLOS LAGE CONSIDERA

REFORMA DA POLÍTICA DE PESCAS É DEMASIADO BRUTAL E INJUSTA

Pescas, Franz Fischler, defende o fim da aplicação dos Fundos Estruturais para a utilização da renovação da frota, sugerindo que estes fundos sejam desviados para outras iniciativas, designadamente para programas de carácter social para compensar a política de abate das embarcações. Para a Comissão, esta seria uma das medidas a adoptar para contrariar o estado deficitário em que se encontram os recursos pesqueiros.

Carlos Lage, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, considera uma questão de bom senso acabar com a pesca como actividade predadora, sendo necessário combinar harmoniosamente a ecologia e a biodiversidade marinha com a

actividade pesqueira. "Ninguém hoje pode negar valores do respeito pelo equilíbrio ambiental e de conservação dos recursos naturais", afirma.

No entanto, considera que a Comissão começou da pior maneira a reforma da Política Comum de Pescas. "O processo de reforma da PCP começou mal e precisa de maior objectividade, serenidade e pedagogia", afirma Carlos Lage. Quanto à proposta da Comissão, considerou-a "brutal, desequilibrada e injusta", entre outras coisas, porque deixa de fora a pesca industrial e não distingue os países prevaricadores daqueles que cumprem os programas de orientação plurianuais.

Para já, o braço-de-ferro entre a Comissão e os Estados-membros parece estar para durar. Com efeito, opõem-se às propostas da Comissão, Portugal, Espanha, Grécia, França e Itália, países que bastam para bloquear uma maioria qualificada que decidisse avançar com a reforma agora proposta. A Comissão, no entanto, tem-se mostrado inflexível na defesa dos seus pontos de vista, partindo essencialmente de quatro pressupostos: que os recursos marinhos estão à beira do colapso; que a capacidade de pesca está a aumentar e não a diminuir; que o sistema de controlo e sanções varia de país para país, sendo, por isso, injusto; e que as condições económicas dos pescadores estão a deteriorar-se.

MANUEL DOS SANTOS DEFENDE

REFORÇO DAS RELAÇÕES COM O MAGREBE ÁRABE

O reforço das relações da União Europeia (UE) com o Magrebe enquanto elemento fundamental para a segurança, paz e desenvolvimento económico no mundo, foi defendido pelo eurodeputado Manuel dos Santos.

"Estas relações devem assentar em políticas positivas e activas, baseadas no princípio da igualdade, no respeito mútuo e na aceitação da diversidade cultural", considerou no plenário de Estrasburgo, ao intervir no relatório sobre "As relações entre a União Europeia e a União do Magrebe Árabe: uma parceria privilegiada".

Manuel dos Santos considerou necessário valorizar a dimensão parlamentar de parceria euro-mediterrânica e defendeu a criação de uma Assembleia Euro-Mediterrânica Parlamentar, que associe o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais.



"A dimensão política e o reforço dos regimes democráticos nos países do Magrebe, que felizmente se vai verificando, cria esperança e sobretudo gera oportunidades que a União Europeia não pode desperdiçar", considerou. O relatório propõe uma parceria privilegiada entre a UE e o mundo Árabe, como resposta positiva ao alargamento aos países da Europa central e Oriental. "A União - afirma - não pode ficar-se pela contemplação, a partir da varanda mediterrânica, do que se passa na margem sul do Mediterrâneo, sobretudo depois dos acontecimentos de 11 de Setembro".

Separação no 2º pilar

A cisão da actual Política de Externa da de Segurança Comum, ambas incluídas no 2º pilar

das políticas da UE, foi defendida pelo eurodeputado Manuel dos Santos, num encontro realizado em Bruxelas com auditores dos cursos superiores dos três ramos das Forças Armadas. Segundo o deputado europeu, a adopção deste modelo, que equivaleria à criação de um 4º pilar, serviria de suporte para a constituição e operacionalidade do futuro exército europeu, que assentaria numa lógica de cooperação intergovernamental e seria financiado com um imposto europeu.

"Uma solução deste tipo teria como principais vantagens reforçar e tornar mais lógica a componente da defesa da União Europeia e dar resposta às preocupações e inseguranças que hoje dominam o colectivo europeu e internacional, nomeadamente na luta contra o terrorismo", afirma.

JOAQUIM VAIRINHOS QUER

FUNDOS COMUNITÁRIOS PARA REDES TRANSEUROPEIAS

A União Europeia deve empenhar-se em aplicar o Fundo de Coesão e os Fundos Estruturais ao desenvolvimento das redes transeuropeias e, em particular, da rede europeia de caminhos de ferro de alta velocidade, para que se estenda aos territórios continentais periféricos da União Europeia até 2006, defendeu no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Joaquim Vairinhos.

Ao intervir no relatório Maurício-Turco, o eurodeputado defendeu também a implementação de medidas que incorporem os programas de Política Agrícola Comum, Política Comum de Pescas, Sociedade de Informação e Desenvolvimento nas políticas de coesão e de desenvolvimento sustentado, de forma a que as assimetrias não se agravem relativamente às regiões mais ricas da União Europeia.

Joaquim Vairinhos considerou fundamental uma maior coordenação entre os Fundos Estruturais e o Fundo de Coesão, bem como o reforço qualitativo dos programas que lhes estão subjacentes, de forma a que isso possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações mais desfavorecidas.

PAULO CASACA DENUNCIA

CARTEL EUROPEU DO AÇÚCAR

O deputado europeu Paulo Casaca deu uma conferência de Imprensa em Estrasburgo para denunciar a existência de um cartel europeu do açúcar, que está a constituir uma ameaça para as refinarias portuguesas, designadamente para a açoriana Sinaga.

Se a União Europeia não inverter esta situação - afirma -, a jurisprudência europeia poderá passar a ser um instrumento de discriminação contra as regiões ultraperiféricas, que seriam assim proibidas de participar no mercado único, mas não poderiam impedir a concorrência desleal dos cartéis continentais no seu próprio território.

O eurodeputado socialista apela, por isso, às instituições europeias e ao Conselho Europeu de Sevilha para que este estado de coisas seja modificado e que se pare imediatamente com a discriminação à produção de açúcar nos Açores por parte do referido cartel.

PORTAGENS VIRTUAIS

GALAMBA QUER QUE ISALTINO PROVE ACUSAÇÕES AO ANTERIOR GOVERNO

O deputado do PS António Galamba entregou na Mesa da Assembleia da República um requerimento em que pede ao ministro Isaltino Morais que prove a acusação de que o anterior Governo pretenderia acabar com as portagens

virtuais. No requerimento, António Galamba cita uma recente declaração do ministro das Cidades, Ambiente e Ordenamento, na qual Isaltino Morais diz que "o anterior Governo sabia que,



mais tarde ou mais cedo, teria de haver portagens", acabando com as SCUT's. António Galamba critica também outra posição

assumida por Isaltino Morais, estranhando o seu conceito de solidariedade, sobretudo quando defende que "é tão injusto as portagens nas pontes sobre o Tejo serem suportadas pelos transmontanos como quem reside em Lisboa suportar os custos da auto-estrada do interior".

Aumentos das portagens

Num segundo requerimento, o dirigente socialista contesta os recentes aumentos das portagens na auto-estrada entre Loures e Leiria, na sequência da subida da taxa máxima do IVA de 17 para 19 por cento. António Galamba considera que "não existe uma correspondência entre o custo de utilização da auto-estrada 8 e o serviço prestado" aos automobilistas. "São raros os dias em que os utentes têm ao seu dispor a totalidade das faixas em toda a extensão da auto-estrada 8, verificando-se, por vezes, a existência de obras que decorrem ao longo de vários dias, com supressão de faixas", refere o deputado do PS.

PREVENÇÃO DA TOXICODEPENDÊNCIA

VITALINO CANAS QUESTIONA GOVERNO SOBRE CORTES ORÇAMENTAIS

O deputado do PS Vitalino Canas dirigiu um requerimento ao ministro da Saúde questionando-o sobre se "foi já tomada alguma decisão sobre a transferência de quatro milhões de euros da dotação provisional do Ministério das Finanças para o SPTT - Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência, via Presidência do Conselho de Ministros".

Vitalino Canas alerta o ministro para o facto de que "se a transferência não se efectuar, é sabido que o SPTT entrará em ruptura financeira e não poderá satisfazer os seus compromissos com as unidades privadas". No requerimento, Vitalino Canas quer também saber se "já foi tomada alguma decisão sobre a prorrogação dos contratos de profissionais com



vínculo precário ao serviço dos CAT, em número superior a cem, nomeadamente psicólogos clínicos, enfermeiros e talvez até alguns médicos", acrescentando que "é sabido que o período de vigência de alguns dos contratos está prestes a expirar ou já expirou, pondo em causa o regular funcionamento de alguns CAT". Neste quadro, o deputado do PS pergunta ainda se "há a intenção de dispensar esse pessoal, pondo em risco a prestação de cuidados a toxicoddependentes". No documento dirigido ao ministro da Saúde, o deputado Vitalino Canas aproveita para manifestar a sua total oposição a eventuais "cortes cegos e indiscriminados" no combate à droga e à toxicoddependência, área onde, sublinha, "o investimento que tem sido feito, apesar do acréscimo dos últimos anos, ainda se revela insuficiente".

J. C. C. B.

AEROPORTO DA OTA

JUNQUEIRO ACUSA GOVERNO DE EMPATAR E ATRASAR

O deputado do PS José Junqueiro acusou o Governo de total desnorte e confusão em relação ao aeroporto da Ota, numa intervenção durante o debate de urgência pedido pelo GP/PS sobre a real situação daquela infra-estrutura. Segundo Junqueiro, "o Governo arrepiou caminho, deu o dito por não dito na campanha eleitoral e ei-lo que surge, ainda que confusamente, a ratificar quatro coisas dos governos socialistas: ratifica a necessidade do aeroporto, da sua localização na Ota, dos estudos feitos como fundamentais e da continuação das obras do projecto Portela 2005". No entanto, sublinha Junqueiro, "o Governo, pasme-se, diz sem qualquer explicação: ratificamos tudo, mas vamos atrasar tudo pelo menos seis anos".

O deputado do PS adianta que haverá certamente uma explicação. Contenção orçamental?, pergunta Junqueiro, respondendo não, porque, refere, "só em finais de 2005 teriam início os trabalhos de construção". Quanto ao combate ao desperdício, Junqueiro refere que está fora de questão, porque "se agora, até 2005, seriam investidos, do total, apenas 20 por cento de fundos públicos com as obras de ampliação, para lá de 2005, até ao limite de 18 milhões de passageiros, o Governo, se lá chegasse, gastaria mais de 200 milhões de contos e, estes sim, seriam sempre fundos públicos". Relativamente à prevenção do congestionamento e à promoção da qualidade, o deputado do PS põe de parte estas hipóteses, porque,



sublinha, "não existem condições de expansão e mobilidade que permitam respeitar padrões mínimos de exigência e a prestação de serviço a 18 milhões de pessoas nestas condições seria sempre degradante".

Junqueiro rejeita também a explicação do aumento de segurança, "porque se hoje, com o movimento conhecido, de mais de nove milhões de pessoas é assim, imaginemos o dobro, 18 milhões, esgotando todas as normas de segurança e projectando para cima os riscos de acidente". Quanto a motivos relacionados com questões ambientais, o deputado do PS também rejeita esta explicação, porque, refere, "com 40 movimentos hora nos períodos de ponta, com um avião a descolar ou aterrar de 1,5 minutos em 1,5 minutos, acrescido ao fluxo terrestre e ferroviário de acesso e evasão, teríamos um esmagamento ambiental sem precedentes". Relativamente à tese do aumento de competitividade, Junqueiro desmonta-a, salientando que, "para além da sobreposição de obras no aeroporto, ainda teríamos de contar com os constrangimentos das obras para o TGV". Assim, acrescentou, "a somar às razões anteriores teríamos criado um outro constrangimento incontornável que é o acréscimo insuportável de tempos de espera para quem viaja ou faz negócios".

J. C. CASTELO BRANCO



MANUEL DA SILVA ALVES

PS DEVE SER OPOSIÇÃO FIRME E CONSTRUTIVA

Militante da Secção de Corroios e do Núcleo da Carris, onde é delegado sindical do SITRA, Manuel da Silva Alves defende que “o PS deve fazer uma oposição firme e construtiva, apresentando políticas alternativas e iniciativas legislativas na Assembleia da República”. Este camarada, confesso admirador de Ferro Rodrigues e de António Costa, afirma que gostaria de ver mais unidade na acção das duas centrais sindicais e avisa que “vai haver muita luta” se o Governo, fiel à sua doutrina neoliberal e à sua postura de “só afrontar os mais fracos”, tentar alterar as leis laborais.

Este militante lembra que sempre se identificou com os ideais do PS, por isso, refere, foi com “naturalidade” que se inscreveu no partido. “Inscrevi-me no PS porque senti a necessidade de dar um contributo activo, que só a minha condição de militante podia proporcionar”, afirma.

Manuel da Silva Alves, numa retrospectiva dos seis anos de governação socialista, considera que “o primeiro mandato foi globalmente positivo, em particular nas áreas laboral e da segurança social, mas nos últimos dois anos houve demasiados recuos e hesitações, de que são exemplo a reforma fiscal, a alcoolemia, entre outras”.

Este camarada considera ainda que António Guterres “não devia ter pedido a demissão, porque havia ainda muito tempo para mudar de rumo e inverter a situação”. Delegado sindical do SITRA - Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários e Afins, afirma que “o sindicalismo atravessa uma crise profunda” devido à “dificuldade na renovação de quadros” e ao facto da actividade sindical «requerer uma grande disponibilidade e dedicação”. Ainda na área sindical, Manuel da Silva Alves considera que devia haver “mais unidade na acção”

entre as duas centrais e lamenta que este ano o 1º de Maio voltasse a ser comemorado com a UGT e a CGTP de costas voltadas.

Quanto ao actual Governo, que acusa de seguir à risca a doutrina neoliberal e ter uma postura de “só afrontar os mais os mais fracos”, avisa que “vai haver muita luta” se o Executivo de Durão Barroso tentar alterar as leis laborais.

Quanto à vida interna do partido, este camarada está particularmente contente com o secretário-geral, Ferro Rodrigues,

a quem não poupa elogios. “O PS não podia ter escolhido melhor. Já apreciava o seu desempenho como ministro, onde foi responsável por medidas como o Rendimento Mínimo Garantido, o aumento substancial das pensões de reforma, em especial das mais baixas, a reforma da Segurança Social, garantindo a sua sustentabilidade financeira, entre outras. Depois fez uma boa campanha eleitoral, onde quase sozinho alcançou um excelente resultado”. Manuel da Silva Alves está convicto de que “se Ferro Rodrigues fosse primeiro-ministro os portugueses iriam apreciá-lo pela sua coragem, competência e humildade. E a reforma fiscal, a criação das farmácias sociais, entre outras medidas, iriam ser uma realidade”.

Este militante da Secção de Corroios e do Núcleo da Carris está também satisfeito com a escolha de António Costa para líder do Grupo Parlamentar do PS. “É um político jovem, mas já com uma larga experiência. Como ministro e dirigente do PS já mostrou as suas grandes qualidades. É um bom orador e estou certo que irá manter a bancada socialista unida e coesa”, afirma.

Manuel da Silva Alves refere ainda que “o PS deve fazer uma oposição firme e construtiva, apresentando políticas alternativas e iniciativas legislativas na Assembleia da República”.

PREFERÊNCIAS



Político nacional
Ferro Rodrigues

Político estrangeiro
Nelson Mandela

Acontecimento nacional
25 de Abril

Acontecimento internacional
Fim do regime de “apartheid” na África do Sul

Livro
“O Crime do Padre Amaro”

Filme
“Titanic”

Músico
José Afonso

BRAGA

SAMPAIO DEFENDE DEBATE SOBRE APLICAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

O Presidente da República, Jorge Sampaio considerou ser necessário fazer uma avaliação da aplicação prática no quotidiano dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

"É necessária uma actualização permanente da discussão sobre o processo penal em Portugal", afirmou Sampaio, sustentando que a evolução social coloca novas interrogações acerca da aplicação das liberdades constitucionais.

Sampaio falava na semana passada na Universidade do Minho, em Braga, durante a apresentação de uma reedição de um livro de Francisco Salgado Zenha, intitulado "Notas sobre a instrução criminal".

A obra foi agora reeditada, por sugestão do próprio Presidente da República, pela Escola de Direito da Universidade, que herdou o rico espólio bibliográfico do destacado dirigente do Partido Socialista após o 25 de Abril de 1974.

Na opinião de Jorge Sampaio, o livro de Salgado Zenha, escrito numa lógica de combate à ditadura do Estado Novo, tem a particularidade de chamar a atenção para a necessidade de um renovado debate em torno do sistema processual penal português, com vista à manutenção de uma situação de



equilíbrio entre a eficácia e o Direito.

"O exercício da cidadania precisa de ser constantemente trabalhado, discutido e avaliado", acentuou.

Jorge Sampaio recordou os tempos em que Salgado Zenha o alertava para a importância do Processo Penal no direito português do anterior regime.

"Fui mau aluno na cadeira mas, posteriormente, os ensinamentos de Salgado Zenha e com a prática do dia-a-dia em processos de índole política nos tribunais do Estado Novo vim a tornar-me um especialista", sublinhou.

O Presidente da República recordou que Salgado Zenha vinha de metro para o escritório, toda as manhãs, e passava pelo seu escritório onde deixava livros, com um recado: "Leia-os que são importantes."

Jorge Sampaio sublinhou que o Estado Novo, ao contrário de outros regimes ditatoriais, apoiava as suas práticas repressivas numa actividade legislativa intensa, de tal forma que "tudo parecia normal e de acordo com leis claras".

"Era um regime que exercia uma violência diferente da de outros Estados autoritários, pois fazia-o de uma forma insidiosa e normalizada", sublinhou, acrescentando que de nada valia aos advogados de defesa rebaixarem as leis repressivas em Tribunal, embora lhes ficasse o prazer de criarem dificuldades ao sistema vigente.

ÁREAS METROPOLITANAS

ROSINHA CONSIDERA POUCO AMBICIOSA PROPOSTA DE REVISÃO DA LEI

A presidente da Junta Metropolitana de Lisboa (JML), Maria da Luz Rosinha, considera "pouco ambiciosa" e "muito redutora" uma proposta de revisão da lei das atribuições e competências das áreas metropolitanas.

A autarca socialista critica também o prazo concedido para a recolha de pareceres, até 13 de Julho.

Entretanto, a JML criou um grupo de trabalho específico para esta matéria, que deverá apresentar uma proposta formal ao Governo dentro de um mês e meio.

Maria da Luz Rosinha sublinha que, de acordo com a actual lei, a JML não possui "nenhuma competência de intervenção directa, o que a transformou num órgão meramente opinativo". Por isso, adianta, elegemos como uma das



nossa prioridades a alteração dessa lei, no sentido de ser permitida a existência de uma outra estrutura com "outras competências e meios".

A presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira refere que um dos aspectos fundamentais será o da constituição da Junta Metropolitana. "Elencámos já um conjunto de problemas que exigem uma disponibilidade de tempo para serem tratados que não é compatível com o facto de cada um dos membros da Junta ter a seu cargo a responsabilidade de um município".

Segundo Rosinha, uma futura alteração da lei deve ter em conta esta situação, procurando "outra filosofia de funcionamento".

Para a autarca, a eleição directa do principal

núcleo responsável das juntas metropolitanas deve ser a melhor solução, embora admita que, por essa via, poderá existir alguns riscos de afastamento entre as posições da Junta e as dos municípios.

Maria da Luz Rosinha sublinha ainda que a proposta "não traz nada de significativo em relação àquilo que são as aspirações e expectativas dos municípios que compõem a JML, uma vez que não se percebe se revoga a lei existente e se cria uma nova lei, já que o que traz essencialmente de novo é a possibilidade de constituição de novas áreas metropolitanas e, também, um regime sancionatório para municípios que pretendam abandonar uma área metropolitana, o que não existe na actual lei".

Temos pois em Portugal duas questões em aberto: o poder e o financiamento, que se interligam e que, face ao segundo, há que encontrar uma solução estável e coerente, não dependente dos amos governamentais. Uma percentagem do Orçamento de Estado, estabelecida pela Assembleia da República é uma hipótese. Haverá com certeza outras.

TELEVISÃO PÚBLICA SIM, TELEVISÃO GOVERNAMENTAL NÃO

Nesta data em que escrevo, desconheço a decisão do Tribunal Constitucional sobre a alteração à Lei da Televisão que foi suscitada preventivamente pelo senhor Presidente da República.

E não é em termos de constitucionalidade que pretendo abordar este tema, mas sim em termos políticos.

No último meio século, e com mais particular ênfase nos últimos 25 anos, a Televisão passou a ser cada vez mais um importantíssimo instrumento de poder. Nalgumas latitudes mais e noutras menos, em Portugal exageradamente. Por razões várias, desde já culturais (no último ano, dois terços dos portugueses não leram um livro) e também de participação política e cívica (nas últimas eleições legislativas a totalidade dos cidadãos presentes em todos os comícios de todas as forças partidárias não chegou a cinco por cento dos eleitores), e a totalidade da tiragem dos jornais diários de referência é inferior a 10 por cento da audiência do Telejornal.

Foi pois neste quadro de poder e de controlo/influência do poder, que se discutiu sempre a Televisão em Portugal. E em boa verdade, poderia ter sido de outro modo? Sem a RTP teria sido Marcelo Caetano o sucessor de Salazar? Sem o controlo da RTP pelo Grupo dos Nove, teria o 25 de Novembro de 1975 tido o mesmo desfecho? Sem a RTP seria hoje Paulo Portas membro do Governo?

Esta importância da Televisão na definição do poder político é comum nas democracias ocidentais, nuns casos com mais peso (onde Portugal se insere) e noutros menos, mas em todos foi analisada e nalguns deles resolvida. E como?

Na década de 80 (embora em alguns países já viesse de trás) e em Portugal um pouco depois (o que é normal devido à nossa periferia não só geográfica), a questão, depois de debatida e estudada, foi dirimida, em poucas palavras, do seguinte modo: *Televisão Pública sim, Televisão sob controlo governamental não.*

E como colocar esta premissa em termos legais e operativos? Foram seguidos em tese dois caminhos, com as excepções que adiante referirei.

Em alguns países, a decisão de poder sobre as Televisões Públicas está distribuída entre o Governo e o Parlamento, em noutros entre o Governo e órgãos do tipo do Conselho de Opinião e noutros ainda entre o Parlamento e órgãos do tipo Conselho Económico e Social.

Países há (com democracias mais consolidadas) que foram mais longe no que concerne à ausência de poder do Governo face à Televisão Pública, garantindo assim (obviamente na medida do possível) a sua neutralidade em termos partidários.

No Reino Unido, o mais conseguido caso de Televisão Pública (a BBC), o Governo não interfere nem directa nem indirectamente na sua gestão.

Na Alemanha, são os Conselhos (há um por canal, pois estão separados) que incluem os grupos mais representativos da sociedade, igrejas, centrais sindicais e patronais, partidos políticos, entre outros, que escolhem e elegem a Administração, sem qualquer interferência do Governo.

Na Áustria, o serviço público de Televisão está a cargo da ORF, e a sua Administração está confiada a um Conselho de 35 membros (menos dois que em Portugal) representantes da sociedade que tem o poder de eleger e demitir o administrador delegado/director-geral.

As excepções são a Espanha (último dos países da União Europeia a alcançar a democracia) e a Itália, onde a RAI depende do Governo (e as privadas de Berlusconi) o que, como se constata, não é bem a mesma coisa, pois a RAI, além de Berlusconi, depende também de Fini e de Bossi, o que aumenta o pluralismo.

Em Portugal foi instituído o Conselho de Opinião da RTP durante a vigência de um Governo presidido pelo professor Cavaco Silva, e posteriormente alargadas as suas competências quando de um Governo chefiado pelo eng.º António Guterres.

Sem ser uma lei paraconstitucional, isto é, sem necessidade legal de maioria qualificada, foi contudo uma lei (da Televisão) consensual.

A classe política deu aqui ares de europeísmo e civilidade, o que se saúda.

E não é verdade, como alguns (com certeza mal informados) declararam, que o partido A ou B tivessem votado contra a outorga ao Conselho de Opinião do parecer vinculativo face à Administração da RTP. Nem partidos, nem sequer deputados individualmente o fizeram. A lei (e concretamente a sua alteração) só tiveram votos favoráveis (do PS e do CDS/PP) e abstenções (do PSD e da CDU) sendo que estes pretendiam um aumento maior das competências do Conselho de Opinião (eleição por este de membros do Conselho de Administração) e consequentemente uma diminuição do poder do Governo na RTP. É óbvio que a questão do financiamento não pode nem deve ficar desligada da problemática em causa (intervenção do Governo na gestão) das empresas públicas de Televisão.

O que ocorre na União Europeia é que, em princípio, a Televisão Pública tem uma taxa, com excepções da Espanha e Portugal ("obra" de Cavaco Silva), e em muitos deles também tem receitas de publicidade (não é o caso da BBC, que tem a taxa mas não tem publicidade).

Temos pois em Portugal duas questões em aberto: o poder e o financiamento, que se interligam e que, face ao segundo, há que encontrar uma solução estável e coerente, não dependente dos amos governamentais. Uma percentagem do Orçamento de Estado, estabelecida pela Assembleia da República é uma hipótese. Haverá com certeza outras.

Há ainda (entre outras) a questão da publicidade. Como se sabe, na União Europeia, há as Televisões

públicas que a têm e as que a não têm. Entendo que em Portugal não há mercado (bolo publicitário) para três canais. Defendo também que a diversidade da oferta (apesar e pese embora os diferentes julgamentos qualitativos) é um bem em si e não desejo o afundamento dos privados. Com todas as dúvidas, acho preferível uma Televisão de serviço público sem publicidade concorrencial. Quero com isto dizer que sustento a tese de uma RTP com patrocínios de programas e publicidade institucional e ou de prestígio (sendo as verbas desta destinadas ao abatimento da dívida, eventualmente fora do alcance da sua Administração e colocadas na órbita do Ministério das Finanças), o que colocaria a estação pública fora da lógica do mercado e consequentemente das audiências. Pode ser que este seja um caminho para a qualidade.

Escreveu e bem o Presidente da República, ao enviar a Lei para o Tribunal Constitucional, que há um debate sério por fazer em Portugal em torno da Televisão e do serviço público.

Não há nada pior para enviesar este urgente e necessário debate que procurar impor à partida soluções, ainda por cima nunca testadas com sucesso em nenhum país da União Europeia.

Está por demonstrar que seja possível efectuar serviço público de Televisão com um só canal. Está também por demonstrar que seja possível atravessar o Atlântico a nado ou atingir a Lua em asa delta. E o que está por demonstrar não é algo que se situe a meio caminho entre a verdade e a mentira. É algo que até demonstração é contrário não é verdade.

Acontece que o Programa do Governo fala em um só canal. Mas felizmente a Constituição da República fala em obrigatoriedade de serviço público de Televisão.

Alguém vai sair a perder. Era só o que faltava que fossem a letra e o espírito da Constituição os derrotados.

RUI OLIVEIRA COSTA
MEMBRO DA COMISSÃO
NACIONAL DO PS
MEMBRO DO CONSELHO DE
OPINIÃO DA RTP



EUROPA: SOBRE A QUESTÃO DAS COMPETÊNCIAS



ALBERTO COSTA

1. O debate sobre a delimitação de competências no âmbito da União Europeia tem de ser colocado em termos políticos. Não poder ser tendencialmente reduzido à identificação de uma lista de operações de classificação, definição, racionalização ou simplificação, como repetidamente se diz.

Em sede constitucional – pois é um tratado constitucional que temos em vista – todas as decisões acerca de competências são decisões acerca de poder: de poder *para quem* e, sobretudo, de poder *para quê*.

Mais do que por modelos e procedimentos, é fundamentalmente pelo elenco de responsabilidades e competências que a União chamar a si e souber exercer que ela poderá ser mais estreita e mais valiosa para a vida dos europeus.

Em matéria de competências, a *nossa opção não deve envolver diminuição ou bloqueamento do projecto, da realização e da responsabilidade europeia*. Seria uma amarga ironia que o uso da temática da constituição europeia pudesse ter afinal como resultado prático amarrar a Europa e não ajudá-la a prosseguir a sua viagem.

2. Uma Europa que, como é desejável, se

capacitasse institucionalmente para ser mais eficaz em sede de mercado, moeda, polícia, justiça, relações externas e que ao mesmo tempo em outros campos admitisse o esvaziamento, a devolução ou a regra da renacionalização – uma tal Europa estaria a projectar, a nível supranacional, a silhueta duma versão anacrónica do Estado nacional. As competências respeitantes à solidariedade, à coesão, à repartição, ao modelo social, sem excluir a dimensão da educação e da formação e o governo económico, devem ser reforçadas em nível idêntico, e não emagrecidas ou relegadas para um patamar inferior, onde a sua eficácia fosse posta em causa.

A Europa ficaria amputada e menos interessante para os europeus e para o mundo se a caixa de competências para prover as garantias e os bens institucionais clássicos não tiver, a seu lado e ao seu nível, uma caixa de competências igualmente apetrechada para promover a solidariedade e a coesão.

Um modelo europeu em que o mercado fosse garantido por competências situadas *mais acima* e a garantia da solidariedade ficasse a cargo de competências a actuar, por sistema, *mais abaixo*, teria efeitos perversos e seria incoerente com o melhor das aspirações que identificam a Europa no mundo.

3. Diante das expectativas que neste domínio se concentram sobre o recurso aos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade para legitimar futuras decisões, justifica-se pelo menos uma prevenção.

Os que têm familiaridade com a jurisprudência sabem bem quantas decisões diferentes se podem tirar sob uma norma e quantas mais – muitas mais – se podem extrair dum princípio. É por isso prudente, em democracia, não remetermos demasiadas decisões em matéria de competência para a esfera abrangente de princípios, como o da subsidiariedade, de que a maior parte dos nossos eleitores nunca reterão o nome. Não se trata de preconizar que sigamos a aversão da revolucionária convenção francesa à interpretação futura das prescrições por si estabelecidas. Trata-se apenas de moderar a expectativa excessiva, e necessariamente ambivalente, em torno de tópicos cujo sentido e alcance não é tão previsível nem tão unívoco como habitualmente é dado por adquirido.

ALARGAMENTO: PORTA MEIA ABERTA OU MEIA FECHADA?



LUÍS MARINHO

Há neste momento 13 países candidatos à adesão à União Europeia. Dez deles – a República Checa, a Polónia, a Hungria, a Estónia, a Lituânia, a Letónia, a Eslovénia, a Eslováquia, Chipre e Malta – concluirão formalmente as suas negociações ainda este ano e têm o caminho aberto para a integração em 2004. Dos restantes, Roménia e Bulgária vão ainda alguns passos atrás nas reformas exigidas e a Turquia, primeiro país a solicitar a adesão, ainda nos anos 60, nem sequer tem calendário previsto para começar a negociar. Razões políticas, democráticas, Direitos do Homem, minorias, tudo em muito mau estado para admitir abrir conversa com os turcos...

Só que, as objecções que afastam a Turquia do projecto europeu, objecções de princípio, assentes em valores que os europeus não estarão dispostos a deixar beliscar, espalham-se repartidamente em cada um dos restantes candidatos à adesão, desde logo os primeiros dez e, nem por serem mais difusas, são menos importantes, face ao modelo de convívio social e político que a

Europa construiu ao longo de 50 anos. Isto é, o que na Turquia ressalta a traço grosso, aparece quase a tinta indelével, nos países que dentro em breve ajudarão a definir o perfil da Europa Alargada, arriscando a sua preversão. Ora, espanta que se aceite com tanta complacência democrática situações que a não serem rapidamente ultrapassadas produzirão fenómenos de rejeição recíprocos que irão pôr em causa as virtualidades políticas, económicas e sociais de uma Europa a 25, a caminho dos seus contornos geográficos naturais.

É que, não basta que os países do alargamento, adoptem leis europeias. É necessário aplicá-las e assegurar que elas serão cumpridas em todos os domínios.

Desde a independência do sistema judicial, à situação das minorias, do acesso limitado à justiça, à impunidade dos crimes e actos de violência, desde as perseguições religiosas, às discriminações de homossexuais, desde o tráfico de seres humanos ao crime organizado, à corrupção policial, à desorganização nas fronteiras, desde a frágil independência dos jornalistas à debilidade do sistema judicial, tudo são problemas cujo progresso é praticamente imperceptível.

Não por culpa da Europa. Só este ano gastaremos mil milhões de euros, na tentativa acelerada de levar a máquina jurídico-administrativa dos países candidatos a melhorar estes índices calamitosos.

Como estabeleceu a doutrina de Copenhaga, em matéria de liberdade, democracia e direitos do Homem, não há excepções, períodos transitórios ou Europa “à la carte”. Aqui, é pegar ou largar. Ou aceitamos cumprir com as regras e os valores que fazem da Europa uma referência mundial no respeito da dignidade humana ou não será possível abrir-lhes a porta.

E os tecnocratas têm de perceber que um bom subsídio não faz um cidadão. A Democracia Alargada a 25, não se faz com o cifrão, faz-se com o “coração”!

O fantasma do tal “acordo secreto” voltou a fazer a sua aparição quando ficámos a conhecer a actual equipa governativa, liderada pelo PSD que, a 17 de Março, havia ganho as eleições. É que para secretário de Estado dos Assuntos Fiscais foi nomeado Vasco Valdez, precisamente aquele que, enquanto advogado do Benfica antes das legislativas, foi porta-voz do clube encarnado nas negociações com o anterior Governo e com a Administração Fiscal no que respeitava aos assuntos fiscais do Benfica.

PSD “VERSUS” BENFICA

LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. JOÃO DA MADEIRA

Quando, em plena campanha eleitoral, o presidente do Benfica declarou o seu apoio pessoal e institucional a Durão Barroso e ao PSD, alegando que este era o partido que melhor servia os interesses do seu clube, muitas pessoas (inclusive benfiquistas) vieram a terreno mostrar a sua indignação e espanto por tal atitude.

Foi um episódio lamentável na vida política portuguesa, uma vez que ficou sempre no ar a ideia da possibilidade da existência de um “acordo secreto” entre o PSD e o Benfica com vista à resolução dos problemas fiscais desta instituição desportiva, em troca de umas palavrinhas de apoio público proferidas pelo seu presidente. Aliás, à custa desta ingénua atitude de Vilarinho, muitos dias de campanha eleitoral foram gastos com este tema, relegando para segundo plano outros assuntos porventura muito mais importantes para o País e para os portugueses.

O fantasma do tal “acordo secreto” voltou a fazer a sua aparição quando ficámos a conhecer a actual equipa governativa, liderada pelo PSD que, a 17 de Março, havia ganho as eleições. É que para secretário de Estado dos Assuntos Fiscais foi nomeado Vasco Valdez, precisamente aquele que, enquanto advogado do Benfica antes das legislativas, foi porta-voz do clube encarnado nas negociações com o anterior Governo e com a Administração Fiscal no que respeitava aos assuntos fiscais do Benfica.

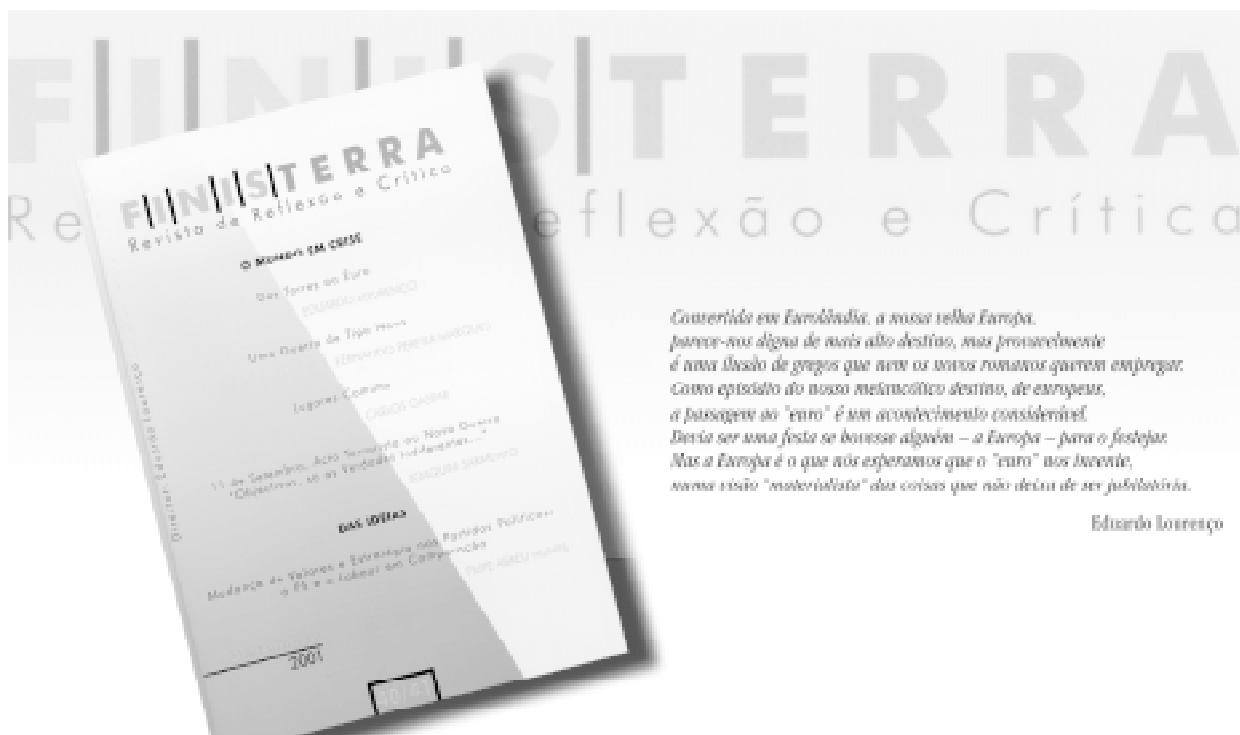
Ficamos agora a conhecer aquilo que, provavelmente, será o fim desta história. A ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite, essa mesma que ameaça não renovar o contrato de milhares de trabalhadores da Função Pública, essa mesma que cortou o crédito bonificado aos jovens na compra de habitação própria e que subiu o IVA de 17 por cento para 19 por cento, assinou uns dias após a sua tomada de posse um despacho dando aval à proposta de avaliação das acções oferecidas pelo Benfica como garantia de pagamento da dívida fiscal.

Venham, pois, o senhor primeiro-ministro e a senhora ministra das Finanças a público dizer o que bem entenderem, a verdade é que os portugueses ficarão sempre com a dúvida, gravada no seu íntimo, da possível existência do “acordo secreto”. Inevitavelmente, este facto põe em xeque a imagem de credibilidade, rigor, confiança, transparência e imparcialidade que o Governo, qualquer

que ele seja, deve transmitir ao País.

Compreendo, portanto, a leitora do “Público” Mónica Santos Costa que, no dia 7 de Junho em carta dirigida ao director deste jornal, se mostrava escandalizada “pela falta de vergonha e de respeito pelos cidadãos”. Na verdade, para além do facto de estarmos perante o tratamento desigual de contribuintes numa altura em que, dia após dia, o Governo dramatiza a situação das finanças públicas, estamos também perante uma relação entre um partido político (que até governa o país) e um clube de futebol, que poderá ter começado antes de um acto eleitoral. É, de facto, uma vergonha!!

Quanto a Manuel Vilarinho, bem, tenho a dizer que aprecio a seu ingénua (?) sentido de humor! Ele diz que começa a “ficar incomodado por estar envolvido em política” mas, não foi ele que deu o primeiro passo ao envolver-se na campanha eleitoral? Os mesmos “ilustres e respeitabilíssimos homólogos” estrangeiros a que se referia Mónica Costa, deverão dizer do dr. Vilarinho: “Coitado! Também foi esse que, antes de ser eleito, prometeu o Jardel para o seu clube!”



*Converte-te em Eurobáudia, a nossa velha Europa,
fante-se digna de mais alto destino, mas prazivelmente
é uma lição de gogos que nem os seus romanos querem esquecer.
Como episódio do nosso melancólico destino, de europeus,
a passagem do "euro" é um acontecimento considerável.
Deia ser uma festa se houvesse alguém - a Europa - para o festejar.
Mas a Europa é o que nós esperamos que o "euro" nos torne,
nem isto "materialista" das coisas que não deixa de ser jubilatária.*

Eduardo Lourenço

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

O Presidente da República continua em "Presidência Aberta" pelo distrito de Beja. Até domingo, Jorge Sampaio tem previstas visitas a Ferreira do Alentejo, Alvito, Aljustrel, Castro Verde, Vidigueira, Cuba, Serpa, Ourique e Odemira.

Tem lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional.

O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, tem marcada uma reunião com Ernâni Lopes, representante do Governo português à Convenção Europeia.

A secção da Parede do PS leva a cabo a 14 de Junho, às 21h30, um debate com a presença de Alberto Costa sobre "O que é ser de esquerda e socialista hoje?"

"Teoria Política e Políticas Públicas" é o tema para mais uma conferência a ter lugar na Fundação Mário Soares no próximo dia 18 de Junho, às 17h30, em que são oradores convidados os professores Maurizio Viroli e Adam Swif, das universidades de Princeton e Oxford, respectivamente. Os comentários estão a cargo de Freitas do Amaral e do próprio Mário Soares.

Na sessão de quarta-feira, 19 de Junho, serão debatidos na Assembleia da República os pedidos de inquérito parlamentar sobre as dívidas fiscais do Benfca e o polémico despacho da ministra das Finanças.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

Secção PS Aljustrel
Rua S. João de Deus, 9
7600 Aljustrel
284 601439

Secção PS Almodôvar
Rua do Arco - Apartado, 7
7700-999 Almodôvar

Secção PS Beja
Rua Dr. Manuel Arriaga, 42
7800-178 Beja
284 321598

Secção PS Mértola
Rua Dr. Afonso Costa
7750 Mértola

Secção PS Serpa
Rua das Portas de Beja, 11
7830 Serpa

Secção PS Castro Verde
Rua Morais Sarmento, N.º10
7780-216 Castro Verde

Secção PS Ferreira do Alentejo
Rua Movimento das Forças Armadas, 6
7900 Ferreira do Alentejo



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados